

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 013/2013

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2013

Regido pela Lei nº 8.666/93, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

Os documentos que integram o presente **EDITAL** estão dispostos em 08 (oito) anexos, a saber:

DECLARAÇÕES

A N E X O S

- I. Fatos Impeditivos;**
- II. Fatos Supervenientes;**
- III. Declaração de Menores;**
- IV. Declaração de Visita Técnica;**
- V. Condições de assumir toda obra;**
- VI. Declaração de que no preço total de sua proposta estão inclusos todos os custos;**
- VII. Declaração de ME e EPP;**
- VIII. Minuta Contrato.**

EDITAL DE LICITAÇÃO**PROCESSO Nº. 013/2013****MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2013**

Regido pela Lei nº 8.666/93, demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

PROCESSO N.º 013/2013**TOMADA DE PREÇO N.º 001/2013****TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL****OBJETO: CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ENGENHO DIOGO E CORTÊS NO MUNICÍPIO DE CORTÊS - PE.**

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. FONTE DE RECURSOS
4. PRAZO
5. TIPO DE EXECUÇÃO
6. AQUISIÇÃO EDITAL
7. REQUISITOS PARTICIPAÇÃO
8. REPRESENTAÇÃO
9. FORMA APRESENTAR DOCUMENTOS
10. CRITÉRIO HABILIAÇÃO
11. ENTREGA DOS DOCUMENTOS
12. DO CONSÓRCIO
13. DA PROPOSTA
14. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO
15. DAS DILIGÊNCIAS
16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
17. DAS IMPUGNAÇÕES
18. DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
20. DA GARANTIA CONTRATUAL
21. DA LEGISLAÇÃO
22. DO PAGAMENTO
23. DO REAJUSTAMENTO
24. DO RECEBIMENTO DO CONTRATO
25. DA RESCISÃO
26. PENALIDADES
27. DISPOSIÇÕES GERAIS

PROCESSO Nº 013/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013-CPL

1.0 – PREAMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE CORTÊS- PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 10.273.548/0001-69, em observância ao disposto determinado na Lei Federal nº 8.666/93, alterações posteriores e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão perante a Comissão Permanente de Licitação - CPL, para recebimento dos envelopes de “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, da Licitação em epígrafe, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO** para a contratação através de execução indireta, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, das obras e serviços relativos à **Construção de Sistema de Abastecimento de Água**, tudo conforme cláusulas e condições que se seguem:

1.2 Os envelopes nº 01 “DOCUMENTAÇÃO” e nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS”, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações, na Rua Cel. José Belarmino, nº 48, Centro, CORTÊS, Estado de Pernambuco, **até às 08:00 horas do dia 16 de maio de 2013.**

1.3. O início de abertura dos envelopes nº 01 “Documentação”, **ocorrerá às 08:00 horas, do dia 16 de maio de 2013**, na Sala de Reuniões da Prefeitura de CORTÊS– PE, no mesmo endereço citado no item 1.2, seguindo-se a abertura dos envelopes “Propostas de Preços”, desde que ocorra desistência de recursos quanto à fase de habilitação.

1.3.1. Se no dia supracitado não houver expediente, a reunião ficará adiada para o primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE.

1.4- FUNDAMENTO LEGAL

A presente Licitação reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais Normas Jurídicas e aplicáveis à espécie e por este Edital.

2.0- DO OBJETO

Constitui OBJETO da presente Licitação, a contratação de empresa especializada para a construção de Sistema de Abastecimento de Água no **Engenho Diogo e Cortês**, neste município, com o fornecimento de mão de

obra e materiais, cuja execução indireta se dará no regime de EMPREITADA por PREÇO GLOBAL, através do Convênio nº 060/2012, que entre si celebraram o Estado de Pernambuco através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária – SARA, o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA e o Município de Cortês - PE, o qual participa com a contrapartida, tudo em conformidade com as condições e exigências impostas no presente edital.

2.1. Integram o Projeto Básico, as seguintes peças:

- 2.1.1. Apresentação;
- 2.1.2. Memória Descritiva;
- 2.1.3. Memória de Cálculo;
- 2.1.4. Especificações Técnicas;
- 2.1.5. Planilhas Orçamentárias;
- 2.1.6. Cronograma Físico-Financeiro;
- 2.1.7. Peças Gráficas.

2.2. DO CD

2.2.1. O CD, composto de Edital, Minuta de Contrato, Anexos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico Financeiro e Relação das Peças Gráficas.

2.2.2. Será assinado o protocolo no ato do recebimento do Edital e seus anexos.

3.0. DA FONTE DE RECURSOS/DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As obrigações financeiras assumidas decorrentes dos serviços de que trata a presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos do orçamento do corrente exercício constante da seguinte dotação orçamentária:

FONTE:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO;
UNIDADE: 02.20 – PODER EXECUTIVO;
SUB UNIDADE: 022007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE SANEAMENTO E URBANISMO;
FUNÇÃO: 17 – SANEAMENTO;
PROGRAMA DE TRABALHO: 17.511.0021.1039 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA, CONT. DE AÇUDES E CISTERNAS;
NATUREZA DAS DESPESAS: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

4.0– DO PRAZO

4.1. O prazo máximo para a execução dos serviços, objeto desta Licitação será de **120 (cento e vinte)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da administração, se comprovada a ocorrência de uma das hipóteses constantes do art. 57, § 1º, da lei 8.666/93.

5.0. DO TIPO DA EXECUÇÃO E DO REGIME

5.1. A presente **TOMADA DE PREÇOS** é do tipo **MENOR PREÇO**, através de **EXECUÇÃO INDIRETA**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

6.0- DO CUSTO DO EDITAL

6.1 - O Edital completo e seus anexos não será cobrado.

7.0- DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa regularmente estabelecida no país, e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital.

7.2 - Cada empresa apresentará uma só proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

7.3 - É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa licitante.

7.4 – Somente poderão participar da presente Tomada de Preços empresas cadastradas junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de CORTÊS–PE, e que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior ao recebimento dos envelopes documentação e proposta de preços, observada a necessária qualificação.

7.4.1. Data limite para cadastramento junto ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Cortês, Estado de Pernambuco:

7.4.1.1. **Até as 13:00h do dia 10 de maio de 2013.**

8.0 - DA REPRESENTAÇÃO

8.1- As Empresas concorrentes poderão ser representadas, em todas as fases do presente Processo Licitatório, por seus Titulares, Diretores com poderes previstos em seus Estatutos e/ou Contratos Sociais para esse fim ou por Representantes legais, devidamente munidos de Instrumento de Mandato (Procuração Pública ou Particular), com poderes especiais e específicos para a prática de quaisquer dos atos do procedimento Licitatório, inclusive aqueles relativos a Interposição e Desistência expressa de Recursos;

8.2 - Os Titulares, Diretores ou os Representantes legais, esses últimos portadores de Procuração (Instrumento Público ou Particular) **deverão apresentar, antecipadamente, devidamente reconhecida a firma por cartório** esses documentos, comprovando sua condição à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, acompanhados de sua cédula de Identidade ou documento equivalente, **obrigatoriamente e em separado** dos envelopes relativos a “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA”;

8.3 - As Empresas que não se fizerem representar, nas condições e forma previstas nos itens 8.1 e 8.2, acima, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinarem e rubricarem todos e quaisquer documentos, atas, solicitações de vistas, esclarecimentos e informações, juntadas de requerimentos, impugnações e/ou solicitações de reconsiderações além da interposição de eventuais recursos;

9.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

9.1 - Os documentos de HABILITAÇÃO (Envelope de nº 01), deverão ser apresentados em 01 (uma) via;

9.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope de nº 02), deverá ser apresentada em 01 (uma) via;

9.3 - Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópias, obrigatoriamente autenticadas, por Tabelionato de Notas. Essa mesma documentação poderá, ainda, ser autenticada pela Comissão Permanente de Licitação à vista dos respectivos originais, **sendo vedada (proibida) a apresentação de documento reproduzido via fax símile;**

9.4 - Após a Comissão de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento, que devesse estar dentro dos envelopes, será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos referentes aos documentos exigidos ou às propostas, salvo quando julgadas necessárias pela comissão de licitação, para a realização de diligências ou a instrução de eventuais recursos, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta;

9.5 - Não se aceitarão, sob qualquer hipótese, documentos exigidos ou propostas de preços, ou outros documentos remetidos através de fax, Internet, ou qualquer outro meio que possibilite a quebra do seu sigilo antes do momento definido para a abertura e conhecimento público;

9.6 - Toda a documentação apresentada, deverá obedecer obrigatória e rigorosamente aos seus respectivos prazos de validade;

9.7 - Todas as cópias apresentadas pelos Licitantes participantes, ficarão retidas no processo, dele fazendo parte integrante.

9.8 - Em nenhuma hipótese será recebido qualquer documento, relacionado com a **Documentação (Habilitação)** ou **Proposta** fora do seu respectivo Envelope e/ou após o prazo estabelecido e determinado para entrega.

10.0 - CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - As empresas licitantes deverão apresentar a documentação de HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01) em uma via no dia hora e local indicados no preâmbulo deste edital, em envelope, lacrado, opaco, indevassável, e

contendo, no anverso, além da razão social (nome), endereço completo, telefone e fax da Licitante e os seguintes dados:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
PROCESSO Nº ____/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2013
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO
DO ENGENHO DIOGO E CORTÊS NO MUNICÍPIO DE CORTÊS
- PE.

10.2 – A HABILITAÇÃO na presente **TOMADA DE PREÇOS** será efetivada mediante a apresentação exclusiva dos DOCUMENTOS a seguir relacionados:

10.2.1. Comprovação à habilitação jurídica:

10.2.1.1. Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela Prefeitura Municipal de CORTÊS - PE, nos termos da lei 8.666/93.

10.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores;

10.2.1.3. As últimas alterações contratuais que atualizem endereço, objeto social, titulares/sócios, capitais sociais e representantes ou administradores legais devidamente registrados;

10.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Comprovação á regularidade fiscal:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), emitido pela internet;

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei;

10.3.4. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **FGTS** (Lei nº 8.036, de 11/05/90);

10.3.5. Certidão Negativa de Débito – **CND** para com o INSS, conforme estabelece a Lei nº 8.212, de 24.07.91.

10.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.3.7. Declaração formal e expressa da licitante de que não existem fatos impeditivos, quanto a sua **HABILITAÇÃO, PARTICIPAÇÃO e CONTRATAÇÃO**, com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS, ESTADO DE PERNAMBUCO** OU COM QUAISQUER OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, comprometendo-se se manter, nessa mesma condição, até o término da Contratação; **(MODELO ANEXO I)**.

10.3.8. Declaração formal e expressa da Licitante de que desconhece, sob as penas da Lei e até a presente data, da existência de fato ou motivo superveniente quanto a sua **HABILITAÇÃO** no presente certame; **(MODELO ANEXO II)**.

10.3.8. Declaração da licitante que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, (Lei Federal 9.854/99) - **(MODELO ANEXO III)**.

10.3.10. Apresentação de declaração de visita ao local da obra, visando o conhecimento das condições dos serviços bem como, de eventuais e possíveis dificuldades e circunstâncias outras que possam influir, não somente na elaboração de sua proposta, como na própria execução da obra. **(MODELO ANEXO IV)**

10.3.10.1. Para atender o estipulado no item anterior a licitante deverá agendar a visita através do telefone **(081) – 3687-1151**, e poderá ser feita até o horário de expediente da Prefeitura no dia anterior ao do certame, devendo a declaração ser preenchida durante a realização da referida Visita Técnica.

10.3.10.2. Para a obtenção da **DECLARAÇÃO** referente à visita técnica, o licitante deverá ser feita por intermédio de representante legal devidamente qualificado e credenciado para esse fim.

10.4. Comprovação à qualificação econômico-financeira:

10.4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo Distribuidor Judicial na sede da pessoa jurídica licitante;

10.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. **Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:**

10.4.2.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.4.2.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia das páginas do Livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.4.4.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES"):

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.4.4.4. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

10.4.4. A boa situação financeira será avaliada pelo Índices de liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

≥ 1.0 (maior ou igual a um vírgula zero)

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

≥ 1.0 (maior ou igual a um vírgula zero)

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

≥ 1.0 (maior ou igual a um vírgula zero)

10.4.4.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

10.4.4.2. Caso o memorial não seja apresentado, à Comissão reserva-se o de efetuar os cálculos, por meio de análise própria ou nomeando profissional de contabilidade de sua confiança;

10.4.5.. Apresentar comprovação do capital mínimo da empresa igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor estimada da obra, cujo valor é de **R\$ 19.946,74 (dezenove mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos)**.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Certidão de Registro e Quitação da empresa emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, expedida na sede da licitante, devidamente autorizada;

10.6.1.1. As certidões do **vencedor** emitidas por Conselhos de outras jurisdições deverão ser vistas pelo CREA-PE (Resolução CONFEA nº 413, de 27 de junho de 1997) e apresentadas quando da assinatura do contrato.

10.6.1.2. Comprovação de capacitação técnico-profissional demonstrando que o licitante possui, em seu quadro, na data da apresentação dos envelopes profissional (ais) de nível superior devidamente reconhecido(s) pelo CREA, detentor (es) de acervo(s) técnico(s) compatível (eis) com o objeto licitado. Os referidos atestados deverão estar registrados no CREA, devendo ser apresentada a Certidão de Acervo Técnico – CAT,

- Sistema de distribuição de água que contenha caixa d'água com no mínimo 40m³ de concreto armado 25mpa
- Sistema de distribuição de água que contenha caixa d'água de concreto armado 25mpa

10.6.1.2.1. A demonstração da vinculação do profissional técnico deverá ser através de uma das opções abaixo:

- Anotações na CTPS;
- Contrato de prestação de serviços;
- Pré-contrato onde o profissional demonstra sua intenção de acompanhar os serviços ora licitado.
- Caso o profissional integrante no seu quadro técnico seja sócio ou sócio administrador da empresa a vinculação dar-se-á por uma das opções:
- Contrato Social em vigor ou Certificado Simplificado da Junta Comercial da sede do licitante que comprove o vínculo profissional com a empresa e que o mesmo esteja na Certidão de Quitação de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA/PE.

10.6.2. A CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para efeito do tratamento diferenciado previsto na lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

I - Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06. **(Anexo VII)**

II - Empresas **NÃO** optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

b) cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) cópia do contrato social e suas alterações;

e) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06. **(Anexo VII)**

f) Os documentos relacionados para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no DO do dia 22/05/2007.

11- DA ENTREGA DOS DOSCUMENTOS

11.1. O envelope “DOCUMENTAÇÃO” deverá ser entregue juntamente com o envelope “PROPOSTA”, no local, dia e hora designados no preâmbulo deste Edital.

11.2.- Serão inabilitadas as interessadas que:

11.2.1. Não satisfazerem às exigências do item 10 e seus subitens.

11.2.2. Cujos envelopes “DOCUMENTAÇÃO” contiverem referência ao conteúdo dos envelopes “PROPOSTAS”.

11.2.3. Cujos elementos não estejam identificados corretamente.

12.0- DO CONSÓRCIO

12.1. Será permitida a participação de licitantes em consórcio.

13.0. DA PROPOSTA

13.1- A proposta de preços deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante, em 01 (uma) via emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos, entrelinhas, ressalvas, fazer menção ao número deste Edital e conter a razão social do licitante, o CNPJ, número de telefone, fax e e-mail, e o respectivo endereço com CEP; conter em moeda corrente nacional vigente, o preço unitário e o total de cada item e o preço global, em algarismo, recomendando-se a discriminação deste último por extenso; deverá ter validade mínima não inferior a 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços”, conter prazo de execução dos serviços, não inferior a 120 (cento e vinte) dias;

13.2. A planilha de Orçamento dos Serviços deverá ter seus itens e quantitativos idênticos aos consignados na Planilha de Orçamento de Referência da Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE, fornecida conjuntamente a este Edital, (não sendo permitido ao licitante alterá-la em conteúdo e quantitativos) sob a pena de imediata desclassificação. Caberá, apenas, ao licitante propor os preços unitários e globais para execução dos serviços, assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro no CREA, deverão constar de maneira legível e clara, Lei Federal nº 5.194/66 e Resolução nº 218/73 – (CONFEA), sem rasuras, emendas ou entrelinhas;

13.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos, mão-de-obra, fardamento, insumos, carga e descarga, despesas de execução, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços a serem executados, bem como as despesas de conservação dos mesmos até a entrega à Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE, nos termos previstos neste edital;

13.4. Fornecer o Cronograma Físico-Financeiro.

13.5 - As empresas licitantes deverão apresentar a documentação de PROPOSTA (ENVELOPE Nº 02) em uma via no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, em envelope, lacrado, opaco, indevassável, e contendo, no anverso, além da razão social (nome), endereço completo, telefone e fax da Licitante e os seguintes dados:

ENVELOPE Nº 02- PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS– PE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 013/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ENGENHO DIOGO E CORTÊS NO MUNICÍPIO DE CORTÊS - PE.

13.6. Declaração do Proponente de que tem condições de assumir todas as obras e serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos previstos, e que dispõe de toda a infra-estrutura necessária e adequada a execução integral do objeto do presente processo licitatório, dentre elas, instalações, veículos, equipamentos e ferramentas, de pessoal técnico e especializado, apto, treinado, qualificado e disponível, para o cumprimento integral de todas as obrigações pertinentes à contratação. **(MODELO ANEXO V).**

13.7. Declaração do Proponente de que no preço total proposto e constante de sua Proposta, estão inclusos todos os custos com sua mão-de-obra e com toda a sua equipe técnica especializada, todas as despesas necessárias à execução dos serviços, todas as despesas relativas aos pagamentos de todos os Tributos, Impostos, Taxas, Contribuições, Salários, Encargos Sociais, Trabalhistas e Previdenciários, Fiscais e Comerciais, decorrentes da execução dos serviços, todos os custos com o transporte, locomoção e alimentação de seus funcionários e de sua mão de obra técnica especializada e quaisquer outros custos e/ou encargos, diretos ou indiretos que incidam ou venham incidir, sobre os serviços a serem prestados, não cabendo, portanto, à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, a qualquer título e/ou hipótese, responsabilidade direta ou mesmo indireta, sobre os pagamentos e/ou recolhimentos, de quaisquer desses itens/verbas; **(MODELO ANEXO VI);**

13.8. Nos preços ofertados também deverão estar todos os custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução das obras e serviços, bem como, todas as obrigações previdenciárias, trabalhistas, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre as obras e serviços a serem executados, assim como as despesas de conservação e vigilância das mesmas, até a entrega final da obra. Deverão estar também incluídas a confecção e colocação de 01 (uma) placa indicativa de obras, conforme modelos padrão fornecida pela Prefeitura Municipal;

13.9. Quanto ao fornecimento dos materiais e equipamentos previstos em planilha, a aquisição, transporte, fretes, seguros, impostos e taxas dos mesmos serão de inteira responsabilidade da Contratada e este só serão aceitos se forem fabricados dentro das Normas Técnicas da ABNT específica para cada material;

13.10. Será desclassificada a Proponente cuja proposta não constar na última folha a identificação e assinatura do Responsável Técnico, e a rubrica deste nas demais folhas da referida proposta, conforme Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA/CREA;

13.11. Será desclassificada a Proponente que apresentar em sua proposta preço para instalação da obra superior ao da Estimativa de Custo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE;**

13.12- Os preços ofertados serão considerados fixos e irremovíveis para contratos com prazo até 12 (doze) meses. Contratos com prazos superiores a 12 (doze) meses serão reajustados na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.13- O preço total da proposta deverá ser apresentado em algarismos arábicos e por extenso, entendido preço total como sendo o somatório de todos os preços parciais;

13.14. O prazo de validade da PROPOSTA **não poderá** ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação que ocorrerá no dia e hora da sessão de abertura deste certame licitatório;

13.15- O preço global máximo admissível pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS– PE para a execução dos serviços / obras é de **R\$ 199.467,38 (cento e noventa e nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos)**, sob pena de desclassificação da proposta;

13.16- Verificada discordância entre o preço unitário e o total de cada item, constantes da “**Planilha de Quantidades e Preços**”, prevalecerá o primeiro;

13.17- Não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações às propostas após a sua apresentação;

13.18- Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (Validade da proposta);

14. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1- Esta Licitação será processada em conformidade com o disposto no Art. 43 da Lei Nº 8.666/93;

14.2. No dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação, receberá simultaneamente dos participantes, seus respectivos Envelopes nº 01 (DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO) e de nº 02 (PROPOSTA);

14.3. Em nenhuma hipótese, serão recebidos quaisquer documentos, relacionados com a Documentação/Habilitação ou Proposta, fora do respectivo envelope e/ou após o prazo (data e horário) estabelecido e previsto neste Edital para a entrega;

14.4. Recebidos todos os Envelopes relativos à Documentação de Habilitação e Proposta de Preços de todas as licitantes presentes, a Comissão Permanente de Licitação procederá à identificação pessoal de cada um dos Representantes Legais nas mesmas condições estabelecida o item 8,0 (oito) deste edital.

14.5. As Empresas que não se fizerem representar, nas condições e forma previstas no item nº **8.0**, acima, não terão participação ativa durante as reuniões do presente certame, conforme estabelecido no item **8.3**;

14.6. Concluída a identificação dos Representantes Legais das licitantes e, ainda nessa primeira sessão, os Envelopes contendo os documentos relativos à Habilitação, serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação, na presença de todos os interessados, analisando-se e conferindo-se seus respectivos conteúdos, dando-se vista de toda a documentação a todos os presentes, os quais os rubricarão.

14.7. Abertos todos os Envelopes de Habilitação, a Comissão Permanente de Licitação, **a seu juízo exclusivo**, poderá apreciar e julgar os documentos de cada uma das licitantes e, nessa mesma reunião, divulgar declarando as Habilitadas e as Inabilitadas, se houver renúncia de todas as licitantes ao direito de interposição de recursos, renúncia essa registrada em Ata ou formalizada por escrito. Para as empresas INABILITADAS serão devolvidos os Envelopes Propostas devidamente fechados, quando do encerramento do presente processo.

14.8. Não havendo renúncia de todos os licitantes, conforme estabelecido no item 14.7 o Resultado da Habilitação será divulgado

14.8.1. Depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recursos, ou

14.8.2. Depois de dado a conhecer o deferimento ou indeferimento dos recursos eventualmente interpostos;

14.9. Surgindo dúvidas quanto à documentação de Habilitação que não possam ser dirimidas ou resolvidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação, conduzindo essas à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em Ata, concluindo-se, posteriormente, a Fase da Habilitação;

14.10. Encerrada e concluída a Fase de Habilitação, os Envelopes PROPOSTA de todas as Licitantes Habilitadas serão abertos, podendo a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo exclusivo, apreciar as Propostas de cada uma das licitantes e, na mesma Sessão/Reunião, julgar e divulgar as Classificadas e as eventualmente Desclassificadas, se houver renúncia de todas as licitantes ao direito de interposição de recursos, renúncia essa registrada em Ata ou formalizada por escrito;

14.10.1. Não havendo renúncia de todos os licitantes, conforme estabelecido no subitem **14.10**, o Resultado da Licitação será divulgado

14.10.1.1. Depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposições ou recursos, ou

14.10.1.2. Depois dado a conhecer o deferimento ou indeferimento dos recursos eventualmente interpostos;

14.11. As aberturas dos Envelopes DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO e PROPOSTA serão realizadas sempre em sessões públicas, das quais lavrar-se-ão Atas circunstanciadas, assinadas, sempre, pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos Representantes Legais das Licitantes presentes;

14.11.1- Quaisquer ocorrências havidas nos cursos das reuniões, quaisquer reclamações, protestos, impugnações, solicitações de esclarecimentos, deverão ser consignadas e registradas nas Atas de Reuniões, antes das suas respectivas lavraturas, ficando, desta forma, sem efeito aquelas efetuadas após seus respectivos encerramentos;

14.12. Não ocorrendo, na mesma Sessão /Reunião a abertura dos Envelopes de Habilitação ou dos Envelopes Proposta de todas as licitantes, em fase do exame da documentação e da conformidade das propostas, com os requisitos do Edital, serão estabelecidos e designadas pela Comissão Permanente de Licitação, novas datas e horários;

14.12.1. Na hipótese prevista no item 14.12, acima, os envelopes remanescentes, ou seja, aqueles que não foram abertos ficarão obrigatoriamente sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, após serem rubricados todos, pela Comissão e pelos Representantes Legais das licitantes presentes;

14.13. A Inabilitação de qualquer das licitantes participantes, importará na perda do direito de participar das fases subseqüentes deste certame;

14.14. Após a fase de Habilitação, não caberá desistência das PROPOSTAS, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação;

14.15. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas, não caberão desclassificá-las por motivo relacionado com a Habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes só conhecidos após o resultado do julgamento;

14.16. Caso todas as Licitantes participantes sejam Inabilitadas ou todas as Propostas desclassificadas, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, através da Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes, prazo de 08(oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou propostas, escoimadas das causas em decorrência das quais foram inabilitadas ou desclassificadas;

14.17. Os Licitantes serão intimados dos resultados dos Julgamentos da Habilitação, e das Propostas através de publicação na Imprensa Oficial ou por comunicações diretas, feitas nas reuniões em que tais resultados forem anunciados, se nesta última hipótese, os Representantes legais dos licitantes estiverem presentes, devendo tais comunicações ser expressamente registradas e consignadas nas respectivas atas de reuniões;

14.18. Todos os ATOS relativos ao processamento da presente licitação, serão realizados, na sala de reuniões da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** da **PREFEITURA MUNICIPAL DECORTÊS- PE**, NO ENDEREÇO: Rua Cel. José Belarmino, Nº 48 – CENTRO – CORTÊS- PE, constante do preâmbulo da presente **TOMADA DE PREÇOS**.

15.0 DAS DILIGÊNCIAS

15.1 – É facultado à Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Superior, em qualquer Fase desta **TOMADA DE PREÇOS**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada, porém, a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente dos documentos de Habilitação ou das Propostas.

16.0 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

16.1 – Dos critérios de julgamentos das propostas

16.1.1 – No julgamento das propostas será considerado vencedor o PROPONENTE que, apresentando a proposta de acordo com as especificações constantes do Edital e satisfazendo a todas as exigências contidas no mesmo, ofertar o menor preço global.

16.2 – Com relação à desclassificação das propostas serão observados o disposto no Art. 48 c/c Art. 40 inciso X da Lei nº 8.666/93, ficando desclassificadas:

16.2.1 - As propostas que não atendem as exigências deste Edital.

16.2.2 - As propostas com preços superiores aos preços global constantes na Estimativa de Custo.

16.3 – Da ordem de Classificação

16.3.1 – A ordem de Classificação das propostas de preços será crescente, sendo atribuído o primeiro lugar a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo em decorrência, classificada também, como a vencedora do presente certame;

16.4 – Do critério exclusivo de Desempate

16.4.1 – Em caso de empate entre as propostas, a licitação será decidida por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, de acordo com previsto no § 2º do art. 45, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores modificações;

17.0 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 – Das Impugnações

17.1.1 – Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, devendo fazê-lo e protocolar o pedido/requerimento até 05(cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos Envelopes de Habilitação, na conformidade do disposto no art. 41, § 1º da lei nº 8.666/93;

17.1.2 – Em se tratando de licitante, a impugnação aos termos do presente edital poderá ser protocolada até 02(dois) dias úteis da data fixada para a sessão inicial de abertura dos envelopes, na conformidade do disposto no art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93;

17.2 - Dos recursos Administrativos

17.2.1 - Durante o decorrer do presente processo e das Decisões e julgamentos proferidos pela Comissão Permanente de Licitação, serão admissíveis recursos, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

17.2.1.1 - Habilitação ou Inabilitação da licitante;

17.2.1.2 - Julgamento das Propostas; e

17.2.1.3 - Anulação ou Revogação da Licitação;

17.2.2 - Os recursos previstos para os casos mencionados nos subitens 17.2.1.1 e 17.2.1.2 acima, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir aos recursos interpostos, referidos no subitem 17.2.1.3, eficácia suspensiva;

17.2.3 – Interposto o recurso, será comunicado o fato às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05(cinco) dias úteis;

17.2.4 – Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada às interessadas;

18.0 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

18.1 – Transcorrido o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação do resultado da classificação desta TOMADA DE PREÇOS, sem a interposição de recursos ou decididos os recursos eventualmente interpostos, quanto ao julgamento das propostas, o resultado da licitação será submetido à autoridade superior para homologação e adjudicação do objeto da licitação à proposta declarada vencedora do presente certame;

19.0- DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.1– As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas por termo de contrato, em conformidade com a minuta anexa a este Edital na qual se encontram estipuladas às condições que regerão a execução das obras e

serviços pelo proponente vencedor do certame, inclusive quanto às sanções para o caso de inadimplemento e condições de pagamento;

19.2 – Este edital e seus anexos, independentemente de transcrição, farão parte integrante do Instrumento de Contrato a ser assinado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** e o licitante vencedor, no qual estará estabelecido que o FORUM da Cidade de Cortês, Estado de Pernambuco, será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no mesmo, com renúncia a qualquer outro ainda que mais privilegiado;

19.3 – A Licitante vencedora do presente procedimento licitatório assinará CONTRATO, com a Prefeitura Municipal de CORTÊS, Estado de Pernambuco, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da convocação oficial, comprometendo-se a realizar a entrega do objeto desta licitação nas condições constantes nesta TOMADA DE PREÇOS e em sua proposta, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo na aplicação das penalidades constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.4 - Na hipótese do Licitante declarado vencedor não assinar o Termo do Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido na Cláusula anterior, fica facultado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, a convocação dos Licitantes remanescentes, obrigatoriamente, na ordem de Classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços cotados/orçados, tudo na conformidade deste Instrumento Convocatório, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.5 – A recusa injustificada do Proponente vencedor em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 19.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a penalidade estabelecida no inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

19.6 – São Obrigações do licitante Vencedor:

19.6.1 – a prestação e execução dos serviços ora Licitados, de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste Edital, inclusive com todas as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial;

19.6.2 – total exclusiva e integral responsabilidade, direta e indireta, pelos danos causados à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a Fiscalização ou acompanhamento da Administração;

19.6.3 – a inteira e integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

19.6.3.1 – a reconhecer que o inadimplemento do Contrato, motivado pelo não cumprimento por sua parte de quaisquer cláusulas e condições, de eventuais multas e dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a qualquer título À **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, a responsabilidade por seus pagamentos, não podendo, portanto, tais ações ou omissões, onerarem o objeto do contrato;

19.6.4 – a responder exclusivamente por todas as obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do cumprimento e execução do objeto do contrato;

19.6.5 – a responder e a responsabilizar-se, exclusivamente, por todo o pessoal que vier a utilizar e a qualquer título, na execução das obras e dos serviços, os quais ser-lhe-ão diretamente subordinados não transferindo assim e sob qualquer hipótese à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, relação jurídica de qualquer natureza para com os mesmos;

19.6.6 – manter-se durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de **HABILITAÇÃO** e **QUALIFICAÇÃO** exigidas no Edital; e

19.6.7 – a observar e cumprir mandatoriamente todas as Normas Legais relativas e relacionadas à higiene e segurança do trabalho, no canteiro das obras e serviços;

19.6.7.1 – constatada e verificada qualquer falha ou irregularidade no cumprimento obrigatório dessas normas, terá a Contratada, prazo improrrogável de 48 h (quarenta e oito horas) para saná-la/corrigi-la, sob pena de serem retidos os seus pagamentos até que se repare a falha ou a irregularidade apontada;

19.6.8 – a fornecer e instalar no local de execução do objeto, 01 (uma) placa indicativa da obra e dos serviços, no modelo, especificações e dimensões do padrão estabelecido pela Administração, obrigando-se a obter a licença correspondente para a instalação dessa mesma placa indicativa;

19.6.8.1 – obriga-se, também a Contratada, além da instalação da Placa Indicativa, a instalar no canteiro das obras e dos serviços, todas as placas de segurança, relativas a execução das obras e dos serviços;

19.6.9 – a proceder durante toda a execução das obras e dos serviços, aos controles tecnológicos que se fizerem necessários, os quais deverão obedecer às normas técnicas e especificações vigentes, esses devidamente assinados pelo responsável técnico da proponente;

19.6.10 – aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo

critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

20.0 - DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 - Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante vencedora será convocada para prestar garantia no percentual de **5 % (cinco por cento)** do valor total da proposta e assinar o contrato, conforme já previsto neste Instrumento convocatório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados à partir da data do recebimento da comunicação oficial para esse fim;

20.2 - Caberá a licitante vencedora optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93; e

20.4 - A garantia que trata este capítulo será devolvida a Contratada, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, mediante requerimento escrito para esse fim.

20.1.1. A garantia prevista no item **20.1**, terá efeito para aplicação do Art. 80, inciso III, Lei Federal 8.666/93.

21.0 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS LICITADOS

21.1-Ficará a cargo da Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE (Engenheiro Responsável pela Fiscalização), direta ou indiretamente, a fiscalização, quanto ao fiel cumprimento e execução integral do contrato, designando, tantos servidores/funcionários quantos forem necessários, para esse fim;

21.2 - A Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE comunicará à futura contratante as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

21.3 - A Prefeitura Municipal de CORTÊS- PE a qualquer tempo, poderá solicitar a substituição do instrutor que eventualmente não satisfaça, no todo ou em parte às condições técnicas exigidas, bastando para tanto solicitar por escrito seu desligamento e, por conseguinte, sua substituição;

21.4 - Em caso de comprovada incapacidade para o trabalho que venha a gerar afastamento de qualquer dos profissionais alocados por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, a interessada se obriga a apresentar currículos de possíveis substitutos, para avaliação da Prefeitura Municipal de CORTÊS- PE, a quem caberá a decisão de escolha do substituto ou a recusa dos currículos apresentados.

22.0 - DO PAGAMENTO

22.1 - Todos os serviços executados serão medidos mensalmente pela fiscalização, mediante expedição de boletim de Medição Mensal, composto dos preços unitários da proposta e dos quantitativos efetivamente executados destinado para esse fim;

22.2 - A Contratada somente poderá emitir Nota Fiscal/Fatura após o recebimento do Boletim de Medição Mensal devidamente expedido e assinado pela fiscalização;

22.3- O pagamento será efetuado com base no Boletim de Medição, expedido mensalmente pela Equipe de Fiscalização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, que após a constatação “IN LOCO” dos serviços efetivamente executados serão liberados os recursos, à vista da documentação fiscal devidamente atestada pela Administração.

22.4 - O pagamento será efetuado através de nota de empenho, com o atesto da Equipe de Fiscalização, juntada do Boletim de Medição Mensal, devidamente assinado, da Nota Fiscal/Fatura e das certidões de regularidades para com o INSS e FGTS, com a observância das devidas formalidades legais, devidamente atestada pela Administração.

22.5 - Além do exposto no subitem anterior, ficará o pagamento do 1º (primeiro) Boletim de Medição condicionado à apresentação da anotação de responsabilidade Técnica - ART da obra no CREA;

22.6. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução das obras e dos serviços prestados, nem implicará em aceitação das obras e dos serviços em desacordo com o previsto neste Edital e seus Anexos;

22.7. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, poderá sustar o(s) pagamento(s) da(s) N.Fiscal(is)/Fatura(s), independentemente de notificação à contratada, nos seguintes casos:

22.7.1 - Paralisação imotivada das obras ou dos serviços por parte da Contratada, até seu reinício;

22.7.2 - Execução defeituosa das obras ou dos serviços até que esses sejam refeitos ou reparados; e

22.7.3 - Existência de qualquer débito para com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a contratada tenha perante a Contratante.

23.0 – DO REAJUSTAMENTO

23.1- De acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069 de 29.06.95, o valor do contrato com prazo inferior a 12 (doze) meses não poderá ser reajustado, sendo, portanto, os preços cotados/orçados, para a execução integral do objeto ora Licitados, **fixos e irreeajustáveis**, assegurada, porém, a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma do estabelecido na alínea “d”, inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

24.0 – DO RECEBIMENTO DO CONTRATO

24.1. Executado todo o Contrato, o seu OBJETO será recebido pela Contratante:

24.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado provisório, assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias consecutivos da comunicação escrita do Contratado, de sua respectiva conclusão; e

24.1.2. Definitivamente, por servidor(es) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso e término do prazo de observações e conferências dos produtos entregues/recebidos, que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo esse não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento provisório.

24.2. A aceitação definitiva das obras e serviços, dependerá conforme mencionado na cláusula 24.1.2 acima, de prévia verificação pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, observando-se a plena conformidade dos mesmos com o estipulado neste edital e seus Anexos e nos demais documentos que o complementam e o integram;

24.3 - Caso qualquer das obras ou serviços executados apresentem vícios ou falhas, dar-se-á ciência expressa desses vícios ou falhas à Contratada para que esta proceda, incontinenti, às correções que se fizerem necessárias;

24.4. A aceitação definitiva dos serviços, não acarretará de modo algum a exoneração da responsabilidade civil e técnica da Contratada, por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

25.0 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais previstas em Lei.

25.2 - Constituem motivos para rescisão do contrato, dentre outras:

25.2.1 – O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

25.2.2 – O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações e prazos;

25.2.3 – A fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no CONTRATO;

25.2.4– O desatendimento/descumprimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhamento e fiscalização da sua execução, assim como, aquelas emanadas de seus superiores;

25.2.5 – O cometimento reiterado de falhas na sua execução;

25.2.6 – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

25.2.7 – A dissolução da sociedade;

25.2.8 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique no todo ou em parte a execução do contrato;

25.2.9 – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

25.2.10 – A supressão, por parte da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS-PE**, de obras, serviços que venham a acarretar modificação do valor inicial do contrato, além do limite do permitido no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;

25.2.11 – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato;

26 – DAS PENALIDADES

26.1 – O Contratado ficará sujeito à multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), do valor total do contrato pelo não cumprimento dos prazos fixados neste Edital, ou pelo inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, devendo o valor da multa ser recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias, contados a partir da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista neste Edital ou no Instrumento Contratual e na Legislação em vigor, garantido o amplo direito de defesa;

26.2 – A recusa injustificada, para a assinatura do Contrato, importará na aplicação de multa, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, independentemente, das demais cominações Legais, previstas em Lei;

26.3 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa na forma e no prazo previsto na Lei, a contratada ficará sujeita além das multas, às penalidades elencados no art. 87, incisos I,II,III e IV da Lei 8.666/93;

26.4 – Nos casos de suspensão ou interrupção imotivada do Contrato, importará na aplicação de multa correspondente a 5% (cinco por cento), calculados sobre o saldo a executar do Contrato; e

26.5 – A indicação das sanções de que trata este Capítulo é da exclusiva competência da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, cuja faculdade de escolha está diretamente relacionada com a natureza e gravidade da infração contratual e dos eventuais prejuízos causados à mesma.

27 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

27.1 – O contratado obriga-se a reconhecer o direito da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** em paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados;

27.2 – Decairá do direito de impugnar os termos da presente TOMADA DE PREÇOS licitante que os tenha aceito sem objeção;

27.3 – A nulidade deste processo licitatório poderá ser declarada a qualquer tempo, sempre que verificado o defeito de competência, de formalidade obrigatória, ou ilicitude do objeto;

27.4 – A presente Licitação, somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinentes e suficientes para justificar tal procedimento, devendo ser **ANULADA** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, nos exatos termos das determinações expressas, no artigo 49 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, atualizada;

27.5 – Os casos omissos nesta TOMADA DE PREÇOS serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, na conformidade e de acordo com a Legislação vigente;

27.6 – Caso na visita ao local das obras e serviços, o participante verifique a inexistência de alguns itens de serviços na planilha de quantidades e preços da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE, deverá comunicar imediatamente à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, não sendo aceitos em nenhuma hipótese, aditivos posteriores ao contrato em decorrência de alegação de falhas na planilha, posto que a licitante, ao adquirir este edital acata a planilha de preços e serviços da PREFEITURA MUNICIPAL, passando a assumir a responsabilidade por todos os quantitativos constantes da mesma;

27.7 – Antes da elaboração das propostas, os interessados deverão analisar todos os elementos que compõem o presente Edital e, no caso de eventual dúvida poderão requerer, por escrito à PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE, os esclarecimentos necessários em até 05 (cinco) dias úteis antes do dia fixado para a entrega das propostas;

27.7.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE responderá as dúvidas suscitadas e as questões formuladas a todos que tenham recebido os documentos desta licitação, até 02 (dois) dias úteis antes do dia fixado para entrega das propostas;

27.8 - Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, à realização da sessão pública, designada e constante do preâmbulo deste Edital, fica a abertura do procedimento licitatório adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido, sempre à critério da Administração.

27.9. A Caução de Garantias de propostas das Empresas não vencedoras serão devolvidas em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato da Empresa Vencedora a requerimento dos interessados.

27.10. A garantia em caução da Proposta da Empresa Vencedora a prestação de garantia do Contrato, será liberada ou restituída após a execução do contrato.

27.11. A documentação completa do Edital, Minuta do Contrato e Anexos, relativa a presente Tomada de Preços só poderá ser adquirida pelos interessados junto a Prefeitura Municipal de CORTÊS- PE, no seguintes endereço: Rua Cel. José Belarmino, nº 48.

27.12. As situações não previstas neste Edital, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou força maior, serão resolvidas pela Comissão de Licitação, e se necessário com Parecer Jurídico do município, que se baseará nas disposições legais da Lei 8.666/93.

27.13. Os interessados poderão obter informações e esclarecimentos sobre esta TOMADA DE PREÇOS na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, na Rua Cel. José Belarmino, nº 48, Centro – CORTÊS- PE, no horário das 08:00 às 13 horas, dos dias úteis, ou através do Telefone 81 – 3687-1151 – 3687-1158.

Cortês, 21 de março de 2013.

José Edmilson dos Santos
Presidente

Cremilda Maria Lima da Silva
Secretario

Luiz Antonio Lima da Silva
Membro

MODELO - ANEXO I

FATOS IMPEDITIVOS

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

Em atendimento à determinação do Edital em seu item 10.3.7, declaramos
..... (preencher como o teor do citado
item).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus
efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

MODELO - ANEXO II**FATOS SUPERVENIENTES**

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

Em atendimento à determinação do Edital em seu item 10.3.8, a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o _____, por intermédio do seu representante legal o Srº _____, portador da Carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, declara, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação na presente Tomada de Preços ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

MODELO – ANEXO III**DECLARAÇÃO DE MENORES**

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

A Firma _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (Sr^a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso).

() não emprega menor de dezesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____ de _____ de _____.

Representante Legal**MODELO – ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA**

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA

Declaramos, para fins de comprovação junto a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de CORTÊS– PE, que vistoriamos o local onde serão executados os serviços e que tomamos conhecimentos de todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

_____, _____ de _____ de _____.

IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ/MF _____

RESP. TÉCNICO: NOME: _____
CREA Nº _____

ASSINATURA: _____

REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS– PE

NOME: _____

FUNÇÃO: _____

ASSINATURA: _____

MODELO – ANEXO V

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

Em atendimento à determinação do Edital em seu item 13.6, declaramos
_____ (preencher como o teor do
citado item).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus
efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

MODELO – ANEXO VI

PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

Em atendimento à determinação do Edital em seu item 13.7, declaramos
_____ (preencher como o teor do
citado item).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus
efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

VII

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS - PE
PROCESSO Nº _____ 2013
TP Nº _____ /2013

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/____

PROCESSO Nº ____ 2013

TP Nº ____ /2013

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE
OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO O
MUNICÍPIO DE CORTÊSE DE OUTRO
LADO A EMPRESA**

O MUNICÍPIO DE CORTÊS, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede da Prefeitura a _____, nº ____, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de CORTÊS- PE, portador do CPF nº _____, em face do disposto no inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal e na Lei nº 8666/93, alterações posteriores e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto do presente instrumento, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado a empresa _____, com endereço na Rua _____, Nº ____ – ____ Bairro do _____, Cidade _____ – PE, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu titular _____, _____, _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, _____, _____, – Bairro _____, - _____ – _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ - _____ - _____, inscrito no CPF sob o nº _____, ____/____ nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o julgamento da

TOMADA DE PREÇO Nº _____ - CPL, Processo nº _____ – CPL, licitação do tipo menor preço GLOBAL, para execução indireta, no regime de empreitada por preço global, processada pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, e devidamente homologada pelo seu ordenador de despesas, celebram o presente CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, que se regerá pelas normas constantes na Lei Federal nº 8666/93, alterações posteriores e legislação complementar, nos termos deste contrato e das normas jurídicas incidentes, de acordo com as cláusulas e condições que mutuamente outorgam e aceitam.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui OBJETO da presente Licitação, a contratação de empresa especializada para a construção de Sistema de Abastecimento de Água do Engenho Diogo e Cortês, no município de Cortês – PE, com o fornecimento de mão de obra e materiais, cuja execução indireta se dará no regime de EMPREITADA por PREÇO GLOBAL, através do Convênio nº 060/2013, que entre si celebraram o Estado de Pernambuco através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária – SARA, o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA e o Município de Cortês - PE, o qual participa com a contrapartida, tudo em conformidade com as condições e exigências impostas no edital da Tomada de Preços nº _____ - CPL e a Proposta da empresa Contratada, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

As obras e os serviços serão executados em regime de empreitada por preço GLOBAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA

O prazo para execução do objeto contratado é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do dia do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviços, emitida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, podendo ser prorrogado, por provocação da CONTRATADA, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término de sua vigência, sendo necessária para seu aditamento, à concordância do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A Contratada não poderá dar início às obras objeto deste contrato antes do recebimento da Ordem de Serviço;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total para a execução do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (_____), conforme disposto na Proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro - O pagamento somente será efetuado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS** após o recebimento do Boletim de Medição,

expedido pela Equipe de Fiscalização da **SECRETARIA DE OBRAS DESTA MUNICÍPIO**, assinado também pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado através de nota de empenho, com o atesto da Equipe de Fiscalização da **Secretaria de Obras deste Município**, a juntada de Boletim de Medição, da Nota Fiscal/Fatura, em **cheque nominal**, diretamente à **CONTRATADA** _____, à vista da documentação fornecida, devidamente atestada pela Administração.

Parágrafo Terceiro - Além do exposto no parágrafo anterior, ficará o pagamento da 1ª (primeira) parcela condicionado à apresentação, pela contratada, da ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART do objeto do contrato, perante o CREA.

Parágrafo Quarto - Todos os pagamentos serão condicionados à quitação, pela contratada, dos encargos Trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da obra, conforme Art. 71, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Quinto – Em havendo erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido à Contratada, para sua substituição e/ou emissão de Nota de Correção, não sendo computado o intervalo de tempo até a devolução pela Contratada, para efeitos de contagem de prazo de pagamento.

Parágrafo Sexto – Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução das obras e dos serviços prestados, nem implicará em aceitação das obras e dos serviços em desacordo com o previsto neste Contrato.

Parágrafo Sétimo – A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, poderá sustar o(s) pagamento(s) da(s) N.Fiscal(is)/Fatura(s), independentemente de notificação à Contratada, nos seguintes casos:

I) - Paralisação imotivada das obras ou dos serviços por parte da Contratada, até seu reinício;

II) - Execução defeituosa das obras ou dos serviços até que esses sejam refeitos ou reparados e

III) - Existência de qualquer débito para com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a contratada tenha perante a Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** prestará, na oportunidade da assinatura do presente Instrumento, garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do **VALOR TOTAL** deste Contrato, em qualquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **que**

corresponde ao valor de R\$ _____
(_____).

A garantia prevista na cláusula quinta, terá efeito para aplicação do Art. 80, inciso III, Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório que motiva o presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- I. prestação e execução dos serviços contratados, de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste Contrato e em seus Anexos, inclusive com todas as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial;
- II. total, exclusiva e integral responsabilidade, direta e indireta, por eventuais danos causados à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS-PE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a Fiscalização ou acompanhamento da Administração;
- III. a inteira e integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- IV. reconhecer que o inadimplemento do Contrato, motivado pelo não cumprimento por sua parte de quaisquer cláusulas e condições, de eventuais multas e dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere, a qualquer título, à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS-PE**, a responsabilidade por seus pagamentos, não podendo, portanto, tais ações ou omissões, onerarem o valor do Contrato;
- V. responder por todas as obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título,, perante seus fornecedores ou terceiros em face da execução do objeto do Contrato;
- VI. responder e a responsabilizar-se por todo o pessoal que vier a utilizar a qualquer título, na execução das obras e dos serviços, os quais ser-lhe-ão diretamente subordinados, não transferindo, assim e sob qualquer hipótese, à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, relação jurídica de qualquer natureza para com os mesmos;

- VII. observar e cumprir mandatoriamente todas as normas legais relativas e relacionadas à higiene e segurança do trabalho, no canteiro das obras e na execução dos serviços;
- VIII. fornecer e instalar no local de execução do objeto, 01 (uma) Placa indicativa da obra e dos serviços, no modelo padrão, obrigando-se a obter a licença correspondente para a instalação da mesma;
- IX. Obriga-se, também a Contratada, além da instalação da Placa Indicativa, a instalar no canteiro das obras e dos serviços, todas as placas de segurança, relativas à execução das obras e dos serviços;
- X. proceder, durante toda a execução das obras e dos serviços, aos controles tecnológicos que se fizerem necessários, os quais deverão obedecer às normas técnicas e especificações vigentes, esses devidamente assinados pelo responsável técnico da contratada;
- XI. providenciar, quando e se necessário, a regularização da obra e dos serviços, em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, junto ao Órgão Ambiental Estadual, bem como junto ao Órgão de Proteção Ambiental Federal;
- XII. tomar todas as providências necessárias junto às empresas fornecedoras da água e esgoto e de energia elétrica, para as ligações definitivas;
- XIII. aceitar, nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- XIV. reconhecer o direito da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, em paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e
- XV. observar as condições e cumprir as determinações constantes das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, presentes no Edital e em seus Anexos.

CLÁUSULA OITAVA - A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE obriga-se a:

- I. efetuar os pagamentos de acordo com o pactuado, até o 10ª dia útil após aprovação de cada Boletim de Medição;
- II. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- III. comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- IV. prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto do presente Contrato;

- V. elaborar os Boletins de Medição e encaminhá-los, juntamente com os demais documentos que se fizerem necessários aos pagamentos devidos à **CONTRATADA**;
- VI. liberar o local para o início das obras e dos serviços; e
- VII. indicar a Equipe de Fiscalização responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a Administração, através de seus servidores ou de propositos formalmente designados sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais completa fiscalização dos serviços em execução, exercendo rigoroso controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos materiais e serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Parágrafo Primeiro - A Fiscalização anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências adotadas e tomadas para sanar as falhas identificadas.

Parágrafo Segundo - Cabe à Fiscalização conferir e aprovar as faturas referentes às obras e aos serviços executados.

Parágrafo Terceiro - A Fiscalização poderá sustar quaisquer obras ou serviços em execução, e, conseqüentemente, seus respectivos pagamentos, caso quaisquer das obras ou serviços, objeto do presente contrato, comprovadamente, não estejam sendo executadas com a boa técnica ou pondo em risco a segurança pública ou bens da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, ou de terceiros, ou ainda por inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da paralisação.

Parágrafo Quarto - Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução das obras e dos serviços, feitas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** ou seus prepostos ou vice-versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processadas por escrito e registradas no Livro Ocorrências da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato serão atendidas à conta de serviços específicos consignados nos orçamentos da CONTRATANTE para o exercício financeiro de 2006, conforme classificação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO: 02 – PODER EXECUTIVO;
UNIDADE: 02.20 – PODER EXECUTIVO;
SUB UNIDADE: 022007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE

SANEAMENTO E URBANISMO;
FUNÇÃO: 17 – SANEAMENTO;
PROGRAMA DE TRABALHO: 17.511.0021.1039 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA, CONT. DE AÇUDES E CISTERNAS;
NATUREZA DAS DESPESAS: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste Contrato será recebido:

- I) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado provisório, assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias consecutivos da comunicação escrita da Contratada, de sua respectiva conclusão; e
- II) Definitivamente, por servidor(es) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso e término do prazo de observações e conferências dos produtos entregues/recebidos, que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo esse não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento provisório.

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva das obras e serviços, dependerá de prévia verificação pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÉS- PE**, observando-se a plena conformidade dos mesmos com o estipulado neste Contrato e nos demais documentos que o complementam e o integram.

Parágrafo Segundo - Caso qualquer das obras ou serviços executados apresentem vícios ou falhas, dar-se-á ciência expressa desses vícios ou falhas à Contratada para que esta proceda, incontinentemente, às correções que se fizerem necessárias.

Parágrafo Terceiro - A aceitação definitiva dos serviços, não acarretará de modo algum a exoneração da responsabilidade civil e técnica da Contratada, por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

O Contratado ficará sujeito a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), do valor total do contrato pelo não cumprimento dos prazos aqui fixados, ou pelo inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais, devendo o valor da multa ser recolhido no prazo máximo de 03 (três) dias, contados a partir da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista neste Instrumento e na Legislação em vigor, garantido o amplo direito de defesa.

Parágrafo Primeiro - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, na forma e no prazo previstos na Lei, a contratada

ficará sujeita, além das multas, às penalidades elencadas no art. 87, incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo - Os casos de suspensão ou interrupção imotivada do Contrato, importarão na aplicação de multa correspondente a 5% (cinco por cento), calculados sobre o saldo a executar do Contrato.

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções de que trata esta Cláusula é da exclusiva competência da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, cuja faculdade de escolha está diretamente relacionada com a natureza e gravidade da infração contratual e dos eventuais prejuízos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais ou previstas em Lei.

Parágrafo Único - Constituem motivos para rescisão do contrato, dentre outras:

- I) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III) A fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no CONTRATO;
- IV) O desatendimento/descumprimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhamento e fiscalização da sua execução, assim como, aquelas emanadas de seus superiores;
- V) O cometimento reiterado de falhas na sua execução;
- VI) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII) A dissolução da sociedade;
- VIII) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique no todo ou em parte a execução do Contrato;
- IX) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- X) A supressão ou acréscimo, por parte da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, de obras, serviços que venham a acarretar modificação do valor inicial do Contrato, além do limite do permitido no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93; e
- XI) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos sempre em consonância com as disposições de lei federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro - Todas as ordens de serviço ou comunicações da Fiscalização à Contratada ou vice-versa, serão transmitidas por escrito e convenientemente numeradas e só assim produzirão seus efeitos, em duas

vias, uma das quais ficará em poder do emitente depois de visada pelo destinatário.

Parágrafo Segundo - Toda e qualquer modificação que se verifique necessária, quando da execução da obra ou dos serviços, será previamente autorizada por escrito pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE**, após pronunciamento da Fiscalização. As modificações que acarretarem aumento ou diminuição de quantitativos e despesas serão medidas, pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários do contrato. Os preços unitários não contratualmente previstos serão fixados mediante acordo entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** e a CONTRATADA, respeitada os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65 da lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORTÊS- PE** poderá solicitar à CONTRATADA, sempre que entender necessário, um novo cronograma físico-financeiro da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Fazem parte do presente instrumento, como se transcrito estivesse, o Processo Licitatório nº _____, Tomada de Preços nº _____, seus anexos e a proposta de preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO COMPETENTE

É competente o Foro da Comarca de _____, Estado de Pernambuco, para dirimir qualquer divergência ou dúvida fundada no presente instrumento, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico e legal, na presença de 02 (duas) testemunhas que no final também o subscrevem.

CORTÊS, ____ de _____ de _____

**PREFEITO
 P/CONTRATANTE**

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

 Nome:
 CPF nº

 Nome:
 CPF nº

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que publiquei no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Cortês – PE, local de amplo acesso ao público, fotocópia na íntegra da TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2013, tipo de licitação “MENOR PREÇO GLOBAL” **CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ENGENHO DIOGO E CORTÊS NO MUNICÍPIO DE CORTÊS - PE.**

Cortês, 30 de abril de 2013.

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

